



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

1ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS, com competência em matérias cível e execução fiscal.

Juiz Federal Titular: Dr. OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR

Juiz Federal Substituto: Dr. MARCIO SANTORO ROCHA

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 11 a 15 de janeiro de 2016, a correição ordinária eletrônica da 1ª Vara Federal de Duque de Caxias/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
2. Criar locais virtuais específicos, de acordo com sua finalidade, especialmente para análise de prevenção/iniciais e expedições/cumprimento de ordem, para facilitar a identificação e localização de processos em cada situação;
3. Observar a divisão de processos pares e ímpares entre os juízes titular e substituto, nos termos do art. 7º da Res. n.º 01/2008, do CJF, e art. 1º da Res. n.º 26/2009, deste Tribunal, considerando que o item respectivo do questionário pré-correição não foi respondido neste particular;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
5. Regularizar as petições pendentes de juntada;
6. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente.
7. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
8. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 148 processos com tal fase não informada.
9. Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada, conforme indicado no respectivo item deste relatório.
10. Classificar como decisão interlocutória - e não como sentença - os casos em que ocorre a extinção do feito em relação a um ou mais litisconsortes ou mesmo em relação a um ou alguns dos pedidos, mas o processo continua regularmente com relação aos demais litisconsortes/pedidos.
11. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão.
12. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens penhorados (constritos).

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 16.465/2015 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 17/11/2015, e Portaria PR-RJ n.º 1.532, de 17/11/2015, revogada pela Portaria PR-RJ n.º 53, de 15 de janeiro de 2016, o Procurador da República Dr. Douglas Santos Araújo foi designado para acompanhar os trabalhos desta Correição Ordinária



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Eletrônica, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto, ou apresentado qualquer crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 282-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 14/12/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: **Não foi informado no questionário pré-correição sobre a divisão dos processos entre os juízes titular e substituto.**

. Titular: Dr. Osair Victor de Oliveira Junior, em exercício desde 18/01/2012.

. Substituto: Dr. Márcio Santoro Rocha, em exercício desde 10/06/2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total de Servidores lotados na Vara: 14

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 09

Técnico Judiciário/Segurança: 02

Auxiliar Judiciário: 00

Sem vínculo: 01

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Junho/2014		Correição Janeiro/2016	
	Cível	Exec. Fiscal	Cível	Exec. fiscal
Total	897	4.407	1.043	4.620
Suspensos	81	2.145	164	2.828
Ag. julg. recurso	43	17	27	11
Tramita. ajustada	773	2.245	852	1.781
Total Geral (Em tramitação)	3.018		2.633	

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2014 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo extraído em 07/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Período	01/01/2015 a 31/12/2015		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	6.605	65,80	12
Decisão	2.606	25,96	18
Sentença	827	8,24	73
Total Geral	10.038	100,00	18

Fonte: Mapa - Planilha Apoio Excel – Intimados, extraído em 07/01/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

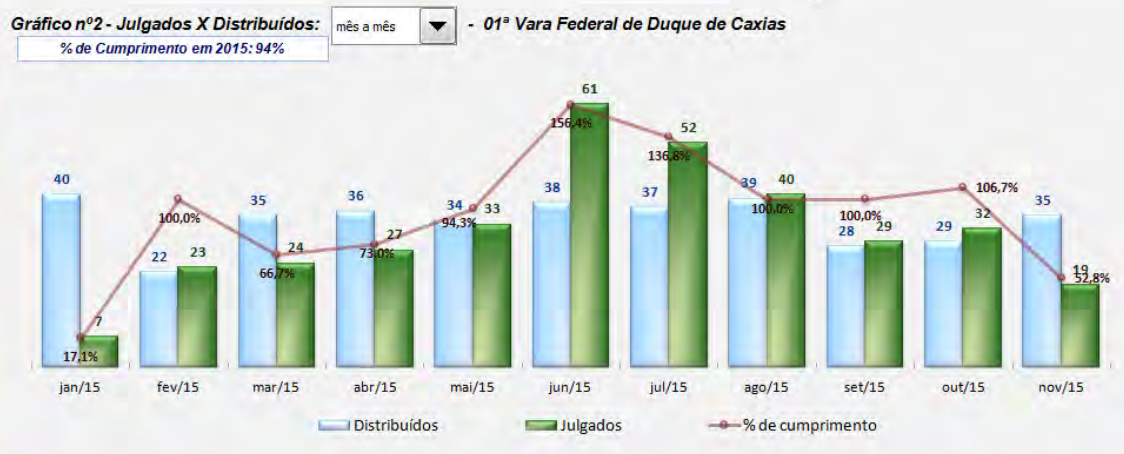


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 93%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 07/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação:

Microsoft Excel - Meta2_TRF2_2015 1 VF CX

2ª Região Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 10/11/2015
SJRJ - 09/11/2015
SJES - 10/11/2015

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
nov/15	100%	SJRJ	01ª Vara Federal de Duque de Caxias			

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.220	66.186	3.359	69.545	4.675	94%
1º Grau / SJRJ	65.487	58.370	2.980	61.350	4.137	94%
1º Grau / SJES	8.733	7.816	379	8.195	538	94%
Juizado Especial Federal	96.279	93.979	1.682	95.661	618	99%
JEF / SJRJ	75.320	73.414	1.337	74.751	569	99%
JEF / SJES	20.959	20.565	345	20.910	49	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	132	23.691	8	100%
TR / RJ	19.650	19.628	19	19.647	3	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	12.703	10.222	2.067	12.289	414	97%
SJRI	160.457	151.412	4.336	155.748	4.709	97%
SJES	33.741	32.312	837	33.149	592	98%
Total - 2ª Região	206.901	193.946	7.240	201.186	5.715	97%
01ª Vara Federal de Duque de Caxias	55	49	3	52	3	95%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

- Acervo pendente TRF
- Acervo pendente SJRJ
- Acervo pendente SJES

Microsoft Excel - Meta2_TRF2_2015 1 VF CX

2ª Região Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Dados referentes ao dia 10/11/2015

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano	Mês	Vara
2015	Novembro	01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação		Total geral
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2008	1	0	1
2010	2	0	2
Total geral	3	0	3

➔ Sem movimentação há mais de 100 dias: não há.

➔ Sem movimentação há menos de 100 dias: 03 processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	Classe
00139892620084025101	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00046634420104025110	05004-AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA
00014364620104025110	05010-AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO

00139892620084025101 - 01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS (eletrônico), autuado em 01/08/2008. Ordem de citação em 30/09/2008. Revelia decretada em 11/05/2010. Determinada especificação de provas em 20/08/2010. Julgamento convertido em diligência em 07/07/2011, para realização de perícia. Nova conversão do julgamento em diligência em 21/06/2013, para declinar da competência para uma das Varas Federais de São João de Meriti. Devolvidos os autos para Duque de Caxias, cf. decisão de 18/10/2013. Suscitado conflito negativo de competência, em 07/03/2014. Julgamento convertido em diligência em 12/11/2014, para diligências. Designado advogado dativo para a ré em 25/06/2015. Último despacho de 04/11/2015, para intimação do curador para manifestação. Último movimento de remessa para o réu, em 07/12/2015.

00046634420104025110 – 05004 - AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA (eletrônico), autuado em 01/09/2010, inicialmente distribuído à 3ª VF de São João de Meriti. Indeferida antecipação da tutela e determinada a citação, em 04/04/2011. Declinada a competência em 15/04/2013, para Duque de Caxias, e suscitado o conflito respectivo, em 02/08/2013. Julgado o conflito, foi determinada manifestação em réplica e especificação de provas, em 25/08/2014. Julgamento convertido em diligência, em 10/08/2015, para realização de perícia. Último despacho de 27/10/2015, nomeando perito e determinando prazo de 30 dias para entrega do laudo. Último movimento de remessa, em 08/01/2016.

00014364620104025110 – 05010 - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (eletrônico), autuado em 22/04/2010, inicialmente distribuído para a 4ª VF de São João de Meriti. Decisão declinatória de competência para Duque de Caxias, em 14/03/2011. Deferido depósito da quantia ofertada em 25/07/2011. Decisão em 06/09/2011, determinando emenda da petição inicial, reiterada em 26/09/2011. Deferida imissão na posse em 14/10/2011. Requisitado reforço policial para o cumprimento da diligência, em 12/04/2012. Determinada citação postal, com aviso de recebimento, em 15/05/2013. **Concluso para despacho**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

em 09/07/2015, com minuta de texto no sistema. Último movimento de juntada, em 03/09/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 07/01/2016, e consultas ao Apolo, posição até 11/01/2016.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Situação:

Microsoft Excel - Meta4_TRF2_2015 1 VF CX [Modo de Compatibilidade]

2ª Região		TRF2		Meta 4 2015			
Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013							
Relatório nº 1 - Quadro resumo							
Data	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara						
dez/15	SJRJ	01ª Vara Federal de Duque de Caxias					
Data de atualização: TRF - 06/01/2016 SJRJ - 05/01/2016 SJES - 05/01/2016							
Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	221	160	33	193	28	87%	125%
SJRJ	552	94	98	192	360	35%	50%
SJES	131	28	27	55	76	42%	60%
Total - 2ª Região	904	282	158	440	464	49%	70%
01ª Vara Federal de Duque de Caxias	6	2	1	3	3	50%	71%

Verifique o Acervo Meta4 pendentes:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Microsoft Excel - Meta4_TRF2_2015 1 VF CX [Modo de Compatibilidade]

2ª Região **TRF2** **Meta 4 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade.

Dados referentes ao dia 05/01/2016

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015
Mês: Dezembro
Vara: 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Acervo pendente SJRJ

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2011	1	0	1
2012	2	0	2
Total geral	3	0	3

→ Sem movimentação há mais de 100 dias: não há.

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 03 processos

Processo	Classe
00017444820114025110	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00027997320124025118	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00010363720124025118	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

00017444820114025110 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (eletrônico), autuado em 02/08/2011, distribuído à 4ª VF de São João de Meriti. Decisão declinando da competência para Duque de Caxias, em 27/09/2011. Determinada notificação dos Réus, em 04/04/2012. Em 05/07/2013, determinada citação por edital. Deferida antecipação da tutela em 19/09/2013. Inicial recebida em 20/06/2014. Novas tentativas de citação dos réus em 29/08/2014, 26/09/2014, 19/11/2014 e 12/06/2015. Processo concluso para despacho em 17/12/2015, com minuta de texto no sistema.

00027997320124025118 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (eletrônico), autuado em 04/10/2012. Sigilo de peças cadastrado. Deferida antecipação da tutela em 17/12/2012. Determinado o sigilo dos autos em 19/12/2012, convertido em sigilo de peças em 18/01/2013, quando determinada a notificação dos réus. Em 21/11/2014, determinada notificação por edital de alguns dos réus não localizados, e nomeada DPU como curadora especial, em 29/01/2015. Última decisão de 14/12/2015, recebendo a inicial e com ordem de citação dos réus. Último movimento de certidão, em 11/01/2016, sobre juntada de mandado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00010363720124025118 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (eletrônico, autuado em 17/05/2012). Determinada emenda à inicial em 22/05/2013. Suspenso o andamento do feito em 02/12/2013, por 90 dias. Determinada a notificação dos réus, em 29/04/2014. Último despacho de 15/12/2015, determinando regularização da representação processual de um dos réus. Último movimento de certidão, em 08/01/2016.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 07/01/2016, análise e consultas ao Apolo, **posição até 11/01/2016.**

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

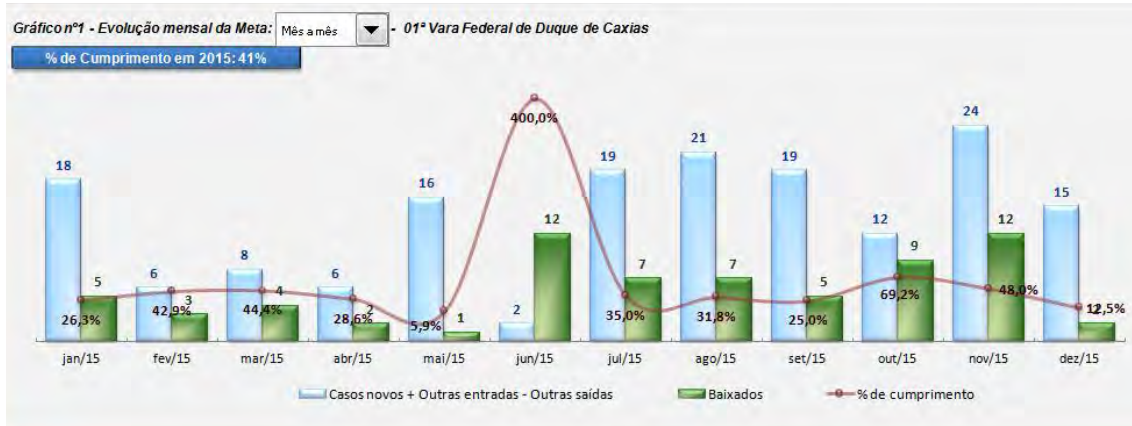
(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Situação:

Mês	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara						
Meta 5 2015	Remanescente	P2-1-Casos novos	P2-3-Baixados	P2-5-Outras entradas	P2-7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJRJ	26.673	14.495	15.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SJES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	84%
Ajuizado Especial Federal	11.593	33.159	34.973	1.410	394	10.803	102%
JEF / SJRJ	10.164	27.812	30.149	1.340	379	8.788	105%
JEF / SJES	1.429	5.347	4.824	78	15	2.015	89%
SIRJ	36.837	42.307	45.203	11.853	9.809	35.985	102%
SJES	7.075	11.857	8.999	2.034	1.758	10.808	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.202	13.887	11.568	45.993	99%
01ª Vara Federal de Duque de Caxias	105	155	69	103	92	202	41%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Situação:

Microsoft Excel - Meta6_TRF2_2015 1 VF CX [Modo de Compatibilidade]

2ª Região Meta 6 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data: dez/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Data de atualização: TRF - 06/01/2016 | SJRJ - 05/01/2016 | SJES - 05/01/2016

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	516	291	106	397	119	77%
SJRJ	851	472	105	577	274	68%
SJES	113	55	13	68	45	60%
1º Grau	964	527	118	645	319	67%
Total - 2ª Região	1.480	818	224	1.042	438	70%
01ª Vara Federal de Duque de Caxias	13	8	3	11	2	85%

Verifique o Acervo Meta6 pendente:

- Acervo pendente TRF
- Acervo pendente SJRJ
- Acervo pendente SJES

Microsoft Excel - Meta6_TRF2_2015 1 VF CX [Modo de Compatibilidade]

2ª Região Meta 6 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Dados referentes ao dia 05/01/2016

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Dezembro | Vara: 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo: Última movimentação

Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	Total geral
2011	1	0	1
2012	1	0	1
Total geral	2	0	2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ Sem movimentação há mais de 100 dias: não há.

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 02 processos

Processo	Classe
00004694020114025118	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00027988820124025118	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA

00004694020114025118 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (eletrônico), autuado em 15/03/2011. Ordem de citação em 12/09/2011. Não localizado o réu, foi determinada citação por edital em 19/03/2013. Nomeado curador especial em 19/11/2014, substituída em 22/05/2015. Determinada especificação de provas em 09/07/2015. Deferida produção de prova pericial em 28/09/2015. Último despacho de 17/11/2015, fixando prazo de 30 dias para entrega do laudo e intimação das partes para quesitos. **Último movimento de juntada, em 10/12/2015.**

00027988820124025118 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (eletrônico), autuado em 04/10/2012. Decretado o sigilo de peças em 18/10/2012. Deferida a antecipação da tutela em 17/12/2012, com ordem de citação, reiterada em 30/01/2013. Homologado termo de compromisso de ajustamento de conduta, em 23/10/2014, entre MPF e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com o prosseguimento do feito com relação a outros pedidos. **Conclusão para decisão em 10/08/2015, com minuta de texto no sistema. Últimos movimentos de juntada, desde 04/11/2015 até 08/01/2016 (Ofício PJe-JT-2).**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 07/01/2016, e consultas ao Apolo, posição até 11/01/2016.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao mês de janeiro/2016, emitido em 07/01/2016, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Total: 00

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 01

0012346-23.2014.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 01/10/2014, distribuído à 15ª VF/RJ. Decisão declinatoria de competência em 09/10/2014, para Duque de Caxias. Ordem de citação em 31/10/2014. Liminar indeferida em 17/03/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Especificação de provas em 09/04/2015. Sentença classificada como tipo A, proferida em 04/09/2015, extinguindo o processo em relação a alguns Réus e, no mais, julgando improcedente o pedido. **Concluso para despacho em 04/11/2015, com minuta de texto no sistema. Último movimento de juntada, em 12/11/2015.**

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Classe 6001:

Total: 09

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 09

Dos quais, por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0000469-40.2011.4.02.5118 (Analisado na Meta 02)

0002798-88.2012.4.02.5118 (Analisado na Meta 02)

0000439-05.2011.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 25/02/2011. Ordem de citação em 21/03/2011. Especificação de provas em 29/05/2012. Deferida prova pericial em 02/12/2013. Sentença tipo A, proferida em 09/09/2015, julgando procedente o pedido. Última decisão de 25/11/2015, recebendo as apelações, com posterior remessa ao TRF. Último movimento de remessa para o réu, em 21/12/2015.

0003007-57.2012.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 23/10/2012. Ordem de citação em 14/03/2013. Especificação de provas determinada em 11/03/2014. Saneador em 28/04/2014, deferindo em parte antecipação de tutela. Sentença tipo A proferida em 19/06/2015, julgando procedente o pedido. Último despacho de 17/12/2015, intimando as partes do retorno dos autos do Tribunal, para informar sobre o cumprimento do julgado. Último movimento de certidão, em 08/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0003735-98.2012.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 08/01/2013. Ordem de citação em 07/03/2013. Antecipação de tutela deferida em parte, em 14/05/2014. Especificação de provas em 13/01/2015. **Concluso para sentença em 07/07/2015. Último movimento de juntada, em 31/07/2015.**

0003736-83.2012.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 08/01/2013. Ordem de citação em 06/03/2013. Especificação de provas em 25/04/2014. Deferida prova pericial, em 21/07/2015. Último despacho de 03/12/2015, destituindo a perita anteriormente designada do encargo e determinando nova consulta de outro profissional. Último movimento de certidão, em 07/01/2016.

0014616-32.2015.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 11/02/2015. Ordem de citação em 26/02/2015. Réplica e especificação de provas em 21/05/2015. Em 24/06/2015, foi determinada a suspensão do feito, cf. decisão proferida pelo STJ no REsp n.º 1.381.683-PE.

Classe 6006 (Ação Civil Pública/Improbidade Adm):

Total: 07

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 07

0001036-37.2012.4.02.5118 (Analisado na Meta 04)

0001744-48.2011.4.02.5110 (Analisado na Meta 04)

0002799-73.2012.4.02.5118 (Analisado na Meta 04)

0002806-31.2013.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 15/01/2014. Notificação dos réus determinada em 24/03/2014. Última decisão de 16/12/2015, determinando intimação da parte autora para indicar endereço válido para notificação da ré. Último movimento de juntada, em 11/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0044206-54.2015.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 05/05/2015. Determinada notificação dos réus em 20/05/2015. **Concluso para decisão em 28/07/2015, com minuta de texto no sistema.**

0052450-69.2015.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 21/05/2015. Ordem de notificação em 22/05/2015. **Concluso para decisão em 07/07/2015, com minuta de texto no sistema.**

0086041-22.2015.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 05/08/2015. Notificação dos réus determinada em 06/08/2015. Inicial recebida em 02/12/2015, com ordem de citação. Último movimento de remessa para o MPF, em 07/01/2016.

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Total: 02

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 02

0001436-46.2010.4.02.5110 (Analisado na Meta 02).

0001566-07.2013.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 01/10/2013. Deferido depósito e posterior imissão provisória na posse em 04/10/2013. Deferida prova pericial, em 19/11/2014. Determinada suspensão do feito pelo prazo de um ano, ou até a conclusão do processo de ratificação do decreto citado à fl. 735, em 26/08/2015. Processo concluso para decisão em 23/11/2015, sem minuta de texto no sistema. Último movimento de juntada, em 01/12/2015.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 07/01/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 12/01/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. DEMAIS PROCESSOS

. PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO (Classe 10036):

0142246-71.2015.4.02.5118 (eletrônico), autuado em 23/11/2015, distribuído por dependência à ação civil pública n.º 0086041-22.2015.4.02.5118 (analisada acima). Processo sob segredo absoluto de justiça. Decisão liminar em 02/12/2015. Último movimento de devolução de remessa, em 16/12/2015.

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 07/01/2016, e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 12/01/2016.**

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/01/2015 A 31/12/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 22 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 13/01/2015 e a última de 03/12/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS
(FÍSICOS/VIRTUAIS)

INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Ao analisar os locais virtuais cadastrados no Apolo, **não foi possível identificar local virtual específico** destinado à análise das iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Todos os dias são analisados as iniciais que chegam ao balcão de entrada e, verificados os requisitos necessários ao prosseguimento dos feitos, dentre eles: prevenção, petição inicial, custas, valor da causa e se há pedido de antecipação de tutela.

Por ser uma vara com autos virtuais, a prevenção é indicada automaticamente, cabendo apenas à análise para confirmação da prevenção indicada.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 07/01/2016, às 19:26h.

BALCÃO DE ENTRADA

Documentos: 11, sendo o mais antigo de 07/01/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 07/01/2016, às 19:26h.

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

O questionário pré-correição, no tem 3.11 transcrito acima, já respondeu a este tópico relativo à verificação de prevenção.

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado:

“Todos os dias são analisados as iniciais que chegam ao balcão de entrada e, verificados os requisitos necessários ao prosseguimento dos feitos, dentre eles: prevenção, petição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

inicial, custas, valor da causa e se há pedido de antecipação de tutela.

A prevenção é indicada automaticamente, cabendo apenas à análise para confirmação da prevenção indicada.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, e último Relatório de Inspeção Anual, item 10, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/10422, de 20/07/2015, realizada no período de 15/06/2015 a 19/06/2015

**TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR)**

Posição em	07/01/2016
Conclusão até	06/01/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	134	70,16
Decisão	51	26,70
Sentença	6	3,14
Total Geral	191	100,00

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

01037581820134025118 - 1003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS (eletrônico), autuado em 05/03/2013. **Concluído para sentença em 14/08/2013, com minuta de texto no sistema.**

01037608520134025118 - 1003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS (eletrônico), autuado em 05/03/2013. Concluído para sentença em 20/08/2013, com minuta de texto no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01046502420134025118 - 1003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS (eletrônico), autuado em 15/03/2013. **Concluso para sentença em 07/04/2014, sem minuta de texto no sistema.**

00004226620114025118 – 3000 – EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 01/03/2011. **Concluso para decisão em 24/09/2014, com minuta de texto no sistema.**

00023489220124025168 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 17/05/2012. **Concluso para decisão em 12/01/2015, sem minuta de texto no sistema.**

00028724520124025118 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 06/11/2012. **Concluso para despacho em 10/10/2014, com minuta de texto no sistema.**

00004185820134025118 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 05/04/2013. **Concluso para despacho em 17/07/2015, sem minuta de texto no sistema.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraído em 07/01/2016, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 13/01/2016.**

TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Parados - Apolo (Outras Classes):

Posição em	07/01/2016
Último Movimento até	06/01/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	86	68,25
Mais de 60	40	31,75
Total Geral	126	100,00

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00012569820134025118 - 4002 - EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL (eletrônico), autuado em 21/08/2013. Último despacho de 15/04/2015, determinando nova tentativa de citação, por carta precatória. **Último movimento tipo aguardando devolução de carta precatória, em 26/05/2015.**

00653577620154025118 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 25/06/2015, **sem abertura de primeira conclusão. Último movimento de certidão, em 20/07/2015.**

00000241720144025118 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 08/01/2014. Sentença proferida em 24/04/2015, extinguindo o processo, na forma do art. 267, IV, do CPC. **Último movimento de certidão, em 09/07/2015, sobre o traslado de peças e, antes deste, de trânsito em julgado, em 07/07/2015.**

00015928320124025168 - 1003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS (eletrônico), autuado em 11/04/2012. Último despacho de 01/06/2015, determinando expedição de ofícios para localização de endereço. **Último movimento em 28/10/2015, tipo aguardando resposta de ofício.**

00210817920134025101 - 1003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS (eletrônico), autuado em 24/08/2013. Último despacho de 01/09/2015, determinando intimação da União para apresentação de documentos. **Último movimento de juntada, em 19/10/2015. Em seguida, consta consultas de disponibilidade de peritos por email, até 21/12/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 07/01/2015 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 13/01/2016.**

Parados – Apolo (Classe Execução Fiscal):

Posição em	07/01/2016
Último Movimento até	06/01/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 121 e 180	3	2,29
Mais de 180	128	97,71
Total Geral	131	100,00

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00018406820134025118 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 28/11/2013. Último despacho de 03/11/2014, para nova tentativa de citação. **Último movimento de certidão de decurso de prazo de suspensão, em 30/11/2015.**

00001873120134025118 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 19/02/2013. **Último despacho de 15/10/2014, determinando vista à PFN para se manifestar sobre o prosseguimento da execução. Processo suspenso em 04/12/2014, por parcelamento, sem que, s.m.j., tenha sido localizada a ordem judicial expressa nesse sentido.**

00003239120144025118 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 19/03/2014. Último despacho de 14/10/2014, determinando manifestação da exequente sobre parcelamento e, caso contrário, a suspensão do feito por um ano. Processo suspenso em 04/12/2014, e último movimento de certidão, em 07/12/2015, sobre o decurso do prazo de suspensão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00002620720124025118 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 02/03/2012. Último despacho de 29/10/2014, suspendendo o feito na forma do art. 265, I, do CPC. Processo suspenso em 12/12/2014, e certidão de decurso do prazo de suspensão, em 15/12/2015.

00040450720124025118 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL (eletrônico), autuado em 25/05/2012. Último despacho de 11/12/2014, determinando expedição de precatória e posterior suspensão do feito por um ano. **Último movimento de 24/03/2015, tipo aguardando devolução de carta precatória.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados Execução Fiscal, extraído em 07/01/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 13/01/2016.**

**DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardam juntada, em 13/01/2016, 17 documentos, sendo o mais antigo de dezembro/2015, referente ao processo n.º 00012379220134025118:

00012379220134025118 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL. Petições cadastradas em 12/12/2015, documentos n.º 2015.3002.260486-0 e 2015.3002.260486-0, ainda não juntadas.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual:

“As petições e expedientes, como mandados cumpridos, ofícios, AR’s, e outros, são juntados diariamente. Todos os atos praticados pelos servidores, no que se refere à juntada, estão em consonância com o que dispõe Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Foram contatadas 2 (duas) petições pendentes de juntada vinculadas ao processo a seguir relacionado, que está



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

aguardando decisão de instância superior, razão pela qual ainda não foram devidamente juntadas aos autos.”

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 07/01/2016, e último Relatório de Inspeção Anual, item 10, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/10422, de 20/07/2015, realizada no período de 15/06/2015 a 19/06/2015.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Foram identificados os seguintes locais virtuais:

AG. ACESSO WEB, com 14 documentos, sendo o mais antigo de 11/11/2015, ref. ao processo n.º 0000209-89.2013.4.02.5118.

AG. AUDIÊNCIA, com 02 documentos, sendo o mais antigo de 07/01/2016, ref. ao processo n.º 0001466-23.2011.4.02.5118.

AG. INTIMAÇÃO ELETRONICA, com 61 documentos, sendo o mais antigo de 07/12/2015, ref. ao documento n.º 0003239-16.2012.4.02.5168.

AG. JULGAMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL/ REC. REPETITIVO, com 02 documentos, sendo o mais antigo de 30/06/2015, ref. ao documento n.º 0000602-82.2011.4.02.5118.

AG. JUNTADA PETIÇÃO/EXPEDIENTE, com **224 documentos**, sendo o mais antigo de 03/09/2015, ref. ao processo n.º 0052254-87.2014.4.02.5101.

AG. LEVANTAMENTO DE ALVARÁ, com 16 documentos, sendo o mais antigo de 24/09/2015, ref. ao documento n.º (0001058-27.2014.4.02.5118 - Local:1801) ALV.1801.000090-7/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

AG. PAGAMENTO RPV/PRECATÓRIO, com 08 documentos, sendo o mais antigo de 24/06/2015, ref. ao documento n.º 0001922-70.2011.4.02.5118.

AG. PERÍCIA, com 01 documento, de 01/12/2015, ref. ao processo n.º 0148555-45.2014.4.02.5118.

AG. REMETER PUBLICAÇÃO, com 49 documentos, sendo o mais antigo de 17/12/2015, ref. ao processo n.º 0000218-51.2013.4.02.5118.

AG. RESPOSTA CARTA PRECATÓRIA, com **26 documentos**, sendo o mais antigo de **26/05/2015**, ref. ao processo n.º 0001256-98.2013.4.02.5118.

AG. RESPOSTA DE OFÍCIO, com 28 documentos, sendo o mais antigo de 21/10/2015, ref. ao processo n.º 0000393-11.2014.4.02.5118.

AG. TRANSFERÊNCIA BACENJUD, com 03 documentos, sendo o mais antigo de 02/12/2015, ref. ao documento n.º 0113015-96.2015.4.02.5118.

PRAZO, com 539 documentos, sendo o mais antigo de 05/11/2015, ref. ao processo n.º 0503134-81.2015.4.02.5101.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 08/01/2016, até às 14h08.

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foi identificado apenas o seguinte local virtual:

EXPEDIR RPV/PRECATÓRIO, com 04 documentos, sendo o mais antigo de 03/12/2015, ref. ao processo n.º 0003541-35.2011.4.02.5118.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 08/01/2016, até às 15h08.

**PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	07/01/2016
------------	-------------------

Tipo de Sigilo	Processos
Absoluto	1
Sistema	0
Documento	6
Total Geral	7

00020448320114025118 – Sigilo de peças cadastrado no sistema e ordem judicial respectiva em 06/02/2015.

00001218520124025118 – Sigilo de peças cadastrado no sistema e ordem judicial respectiva em 06/06/2012.

00027988820124025118 – Sigilo de peças cadastrado no sistema e ordem judicial respectiva em 19/12/2012.

00027997320124025118 – Sigilo de peças cadastrado no sistema e ordem judicial respectiva em 09/04/2013.

00002851620134025118 – Sigilo de peças cadastrado no sistema e ordem judicial respectiva em 02/02/2015.

01475906720144025118 – Sigilo de peças cadastrado no sistema e ordem judicial respectiva em 19/05/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01422467120154025118 – Segredo de justiça absoluto/sigilo de peças cadastrado no sistema e ordem judicial respectiva em 02/12/2015.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraído em 07/01/2016, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 13/01/2016.**

PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	01/2015 a 12/2015
	Processos	2.582
	Boletins	164
	Média (Proc. / Bol.)	15,74
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,04

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 07/01/2016.

PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **187 processos** com prazo vencido, sendo o mais antigo de n.º 0004582-32.2014.4.02.5118, remetido para a CEF em 03/11/2015, por motivo de vista, com prazo expirado em 13/11/2015. Último movimento em 02/12/2015, tipo aguardando resposta de ofício.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 07/01/2016, vencidos e não devolvidos, e consultas ao Apolo, posição até 08/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS
(Artigos 267 a 269 da CNCR)**

1. Número total de processos suspensos (em 07/01/2016):

Cíveis: 196

Execução Fiscal: 3.001

2. Motivo da Suspensão (Cíveis):

- Aguarda decisão de instância superior: 22
- Art. 20, Lei 10522/02: 01
- Cumprimento Precatório/RPV: 06
- Embargos à execução: 39
- Outros – fase de conhecimento: 68
- Outros – fase/processo execução: 50
- Parcelamento: 05
- Repercussão geral (CPC, art. 543-B e § 1º): 05

3. Motivo da Suspensão (Execução Fiscal):

- Aguarda decisão de instância superior: 11
- Art. 20, Lei 10522/02: 460
- Art. 40, § 2º, LEF (arquivamento sem baixa): 1.166
- Art. 40, *caput*, LEF: 635
- Embargos à execução: 82
- Outros – fase de conhecimento: 02
- Outros – fase/processo execução: 179
- Parcelamento: 466

4. Análises dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

CÍVEL:

- Aguarda decisão de instância superior: 22

00008028920114025118 - 1002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA. Suspenso desde 27/02/2012, remetido ao TRF em 28/02/2012.

00013443920134025118 – 1005 – ORDINÁRIA/OUTRAS. Suspenso desde 28/11/2013, aguardando decisão em conflito de competência suscitado em 15/10/2013.

01069329820144025118 - 1005 – ORDINÁRIA/OUTRAS. Suspenso desde 17/03/2014, aguardando decisão do STJ no REsp n.º 1.381.683-PE.

- Art. 20, Lei 10522/02: 01

00013126820124025118 – 12006 – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Suspenso desde 23/06/2015, com base em despacho de 22/06/2015, que se reporta à decisão proferida na Execução Fiscal n.º 0001320-45.2012.4.02.5118, que suspendeu o feito na forma da Lei n.º 10.522/02.

- Cumprimento Precatório/RPV: 06

00019227020114025118 – 4010 – EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. Suspenso desde 24/06/2015, com base, s.m.j., na ordem judicial de 30/07/2013 e, posteriormente, em 22/06/2015.

00001547520124025118 - 1001 - ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA. Suspenso desde 01/12/2015, com base na ordem judicial de 12/11/2015.

- Embargos à execução: 39



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00025904120114025118 - 4001 - EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. Suspenso desde 24/04/2012, com base no despacho de 20/04/2012. Embargos à execução n.º 0000293-27.2012.4.02.5118, remetidos ao TRF em 31/07/2013 para julgamento de recurso.

00011377420124025118 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Suspenso desde 12/05/2014, cf. despacho de 28/08/2013, em razão da falta de garantia da execução. **Necessário, s.m.j., retificar o motivo da suspensão, para “outros – fase de conhecimento”.**

01652991820144025118 - 4001 - EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. Suspenso desde 13/02/2015, cf. despacho de 09/01/2015, em razão da interposição dos embargos à execução n.º 0000470-83.2015.4.02.5118 (concluso para sentença em 23/11/2015).

00010713120114025118 - 1002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA. Suspenso desde 08/04/2015, cf. despacho de 08/04/2015, em razão da interposição dos embargos à execução n.º 0024690-48.2015.4.02.5118 (com sentença proferida em 20/10/2015, transitada em julgado cf. certidão de fl. 113, em 13/01/2016). **Necessário, s.m.j., retomar o andamento da ação ordinária/previdenciária.**

- Outros – fase de conhecimento: 68

00027855520134025118 - 15001 - PETIÇÃO/CÍVEL. Suspenso desde 10/04/2014, cf. despacho de 10/04/2014, que determinou a suspensão do feito e seu apensamento ao processo n.º 0002798-88.2012.4.02.5118, apenas para eventual consulta ao seu conteúdo, por se tratar do plano de ação conjunto do Estado do RJ e do Município de Duque de Caxias, em matéria objeto da Ação Civil Pública citada.

01274614120144025118 - 1005 - ORDINÁRIA/OUTRAS. Suspenso desde 20/08/2014, **cf. despacho de 23/07/2014, aguardando o REsp n.º 1.381.683-**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PE. Necessário, s.m.j., retificar o motivo da suspensão para “aguardando decisão de instância superior”.

00050497420154025118 – 1005 – ORDINÁRIA/OUTRAS. Suspenso desde 03/03/2015, cf. despacho de 03/02/2015, **aguardando o REsp n.º 1.381.683-PE. Necessário, s.m.j., retificar o motivo da suspensão para “aguardando decisão de instância superior”.**

00014076420134025118 - 4002 - EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Suspenso desde 02/06/2015, com prazo final até 02/06/2016, cf. despacho de 29/05/2015, por não terem sido encontrados bens penhoráveis (art. 475-R, c/c art. 791, III, do CPC). **Necessário, s.m.j., retificar o motivo da suspensão para “Outros – fase/processo execução”.**

- Outros – fase/processo execução: 50

00019621820124025118 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Suspenso desde 01/07/2013, cf. despacho de 19/06/2013, que se referiu à execução fiscal em apenso (n.º 0000760-06.2012.4.02.5118), que estava suspensa por parcelamento. Todavia, em consulta ao andamento respectivo, verifica-se que a execução fiscal foi retomada, cf. despacho de 13/08/2015, em razão de rescisão do parcelamento. Assim, **s.m.j., deve ser retomado o andamento do feito.**

00012829620134025118 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Suspenso desde 07/10/2013, cf. despacho de 03/10/2013, em razão da falta de garantia da execução nos autos principais (n.º 0002139-79.2012.4.02.5118), os quais, por sua vez, também tiveram sua tramitação suspensa, na forma do art. 40, § 2º, da LEF.

00033660720124025118 - 12005 - EMBARGOS DE TERCEIRO. Suspenso desde 08/04/2014, cf. despacho de 06/02/2014, ante a notícia de falência do executado, informada nos autos da execução fiscal (n.º 0003322-85.2012.4.02.5118).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00030058720124025118 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Suspenso desde 28/10/2014, cf. despacho de 28/10/2014, em razão de parcelamento noticiado nos autos principais (n.º 0000904-77.2012.4.02.5118).

00011868120134025118 - 4002 - EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Suspenso desde 15/10/2015, até 15/10/2016, cf. despacho de 14/10/2015, ante a não localização de bens penhoráveis (art. 475-R c/c art. 791, III, do CPC).

- Parcelamento: 05

00003796120134025118 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Suspenso desde 02/03/2015 até 02/03/2016, cf. despacho de 20/01/2015.

00615844520134025101 - 4002 - EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Suspenso desde 05/06/2015 até 05/06/2016, cf. despacho de fl. 28/05/2015.

- Repercussão geral (CPC, art. 543-B e § 1º): 05

00006028220114025118 - 1002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA. Suspenso desde 27/05/2015, cf. despacho de 26/05/2015, até o pronunciamento definitivo do STF no RE n.º 661.256/SC.

00008799820114025118 - 1002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA. Suspenso desde 04/11/2015, cf. despacho de 13/04/2015, diante da interposição de recurso especial e extraordinário. **Necessário, s.m.j., retificar o motivo da suspensão para “aguarda decisão de instância superior”.**

EXECUÇÃO FISCAL:

- Aguarda decisão de instância superior: 11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00015083820124025118 – Suspenso desde 09/09/2014, cf. despacho proferido na mesma data, aguardando julgamento de agravo. Todavia, em consulta ao sítio eletrônico do TRF, não foi localizado nenhum agravo com este processo originário. **Necessário, s.m.j., verificar a permanência do motivo da suspensão.**

00018196320114025118 – Suspenso desde 13/04/2012, cf. despacho de 23/03/2012, aguardando julgamento de agravo. Todavia, em consulta ao sítio eletrônico do TRF, verifica-se que o único agravo com este processo originário transitou em julgado em 20/05/2015, com baixa definitiva ao juízo de origem na mesma data (Processo n.º 0003657-35.2012.4.02.0000, ou 2012.02.01.003657-8). **Necessário, s.m.j., reativar a suspensão e retomar o andamento do feito.**

00033837720114025118 – Suspenso desde 10/04/2012, cf. despacho de 02/04/2012, aguardando julgamento de agravo. Entretanto, em consulta ao sítio eletrônico do TRF, verifica-se que o único agravo com este processo originário (n.º 0003961-34.2012.4.02.0000, ou n.º 2012.02.01.003961-0) transitou em julgado em 30/04/2015, com baixa ao juízo de origem na mesma data. **Necessário, s.m.j., reativar a suspensão e retomar o andamento do feito.**

- Art. 20, Lei 10522/02: 460

00000687020134025118 – Suspenso desde 17/09/2015 até 17/09/2020, cf. despacho de 05/08/2015.

00000984220124025118 – Suspenso desde 23/05/2015 até 25/03/2020, cf. despacho de 26/02/2015.

00001247420114025118 – Suspenso desde 08/07/2015 até 08/07/2020, cf. decisão de 22/05/2015.

00002295120114025118 – Suspenso desde 19/11/2014 até 19/11/2019, cf. decisão de 16/10/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00005124020124025118 – Suspenso desde 24/08/2015 até 24/08/2020, cf. decisão de 02/07/2015.

- Art. 40, § 2º, LEF (arquivamento sem baixa): 1.166

00000237120104025118 – Suspenso desde 23/01/2013 até 23/10/2018, cf. despacho de 22/10/2012.

00001149320124025118 – Suspenso desde 07/11/2013 até 07/11/2018, cf. despacho de 24/10/2013.

00001279220124025118 – Suspenso desde 30/10/2013 até 30/10/2018, cf. despacho de 22/10/2013.

00001483920104025118 – Suspenso desde 26/11/2013 até 26/11/2018, cf. despacho de 22/10/2013.

00001630820104025118 – Suspenso desde 19/12/2012 até 19/12/2017, cf. despacho de 19/10/2012.

00008400420114025118 – Suspenso desde 15/07/2011 até 14/07/2016, cf. despacho de 12/07/2011.

- Art. 40, *caput*, LEF: 635

00005051420134025118 – Suspenso desde 16/04/2015 até 16/04/2016, cf. decisão de 04/02/2015.

00005834220124025118 – Suspenso desde 02/03/2015 até 02/03/2016, cf. despacho de 22/10/2014.

00006252820114025118 – Suspenso desde 13/01/2015. Certidão de decurso de prazo em 13/01/2016, com reativação da suspensão e posterior remessa dos autos para a PFN, cf. despacho de 31/10/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00007967720144025118 – Suspenso desde 02/07/2015 até 02/07/2016, cf. decisão de 22/05/2015.

- Embargos à execução: 82

00011628720124025118 – Suspenso desde 04/10/2012, em razão dos embargos à execução n.º 0001163-72.2012.4.02.5118, que se encontram conclusos para sentença desde 28/10/2015.

00022361620114025118 – Suspenso desde 20/08/2012, cf. despacho de 26/03/2012, em razão dos embargos à execução n.º 0002237-98.2011.4.02.5118, remetidos ao TRF para julgamento de recurso em 15/08/2013.

00015424720114025118 – Suspenso desde 16/07/2013, cf. despacho de 18/03/2013, em razão dos embargos à execução n.º 0002457-96.2011.4.02.5118, remetidos ao TRF para julgamento de recurso em 18/09/2014.

- Outros – fase de conhecimento: 02

00030586820124025118 – Suspenso desde 19/01/2015 até 19/01/2020, cf. decisão de 16/01/2015, que se reporta ao art. 48 da Lei n.º 13.043/14.

00031808120124025118 – Suspenso de 11/09/2015 até 11/03/2016, cf. despacho de 23/07/2015, em razão da tramitação de processo falimentar.

- Outros – fase/processo execução: 179

00018334720114025118 – Suspenso desde 18/04/2012, cf. despacho de 23/03/2012, aguardando julgamento de agravo de instrumento. **Necessário, s.m.j., retificar o motivo da suspensão.**

00033932420114025118 – Suspenso desde 27/04/2012, cf. despacho de 25/04/2012, aguardando julgamento de agravo de instrumento. **Necessário, s.m.j., retificar o motivo da suspensão.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00018785120114025118 – Suspenso desde 17/05/2013, cf. despacho de 25/02/2013, aguardando o cumprimento do despacho proferido no processo n.º 0000291-57.2012.4.02.5118, que por sua vez aguarda informações em processo falimentar.

- Parcelamento: 466

00006458220124025118 – Suspenso desde 13/01/2015, e certidão de decurso de prazo em 13/01/2016, com posterior remessa para PFN, cf. decisão de 07/11/2014.

00031862520114025118 – Suspenso desde 13/01/2015, com certidão de decurso de prazo em 13/01/2016, com posterior remessa à PFN, cf. despacho de 10/12/2014.

00021629320054025110 – Suspenso desde 26/01/2015 até 26/01/2016, cf. despacho de 17/12/2014.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 07/01/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 14/01/2016.**

➔ **SENTENÇAS**
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 897 (período de 01/01/2015 a 31/12/2015)

1. FINAL PAR: 421

- Convertidas em diligência: 66
- De expediente: 01
- Embargos de declaração:
 - Acolhidos: 04
 - Não conhecidos: 04
 - Rejeitados: 06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

d. Extinção da punibilidade – decadência/perempção: 01

e. Resolução de mérito:

- i. Conciliação/transação: 09
- ii. Extinção da execução: 08
- iii. Improcedente: 65
- iv. Procedente: 34
- v. Procedente em parte: 37
- vi. Reconhecida prescrição/decadência: 09
- vii. Renúncia ao direito: 02
- viii. Procedente com tutela deferida: 08
- ix. Procedente em parte com tutela deferida: 04

f. Sem resolução de mérito:

- i. Sem resolução de mérito: 154
- ii. Cancelamento da dívida: 01
- iii. Desistência da ação: 03
- iv. Indeferimento de petição inicial: 02

g. Vazias: 03

2. FINAL ÍMPAR: 406

- a. Convertidas em diligência: 52
- b. De expediente: 03
- c. Embargos de declaração:
 - i. Acolhidos: 09
 - ii. Acolhidos em parte: 06
 - iii. Não conhecidos: 05
 - iv. Rejeitados: 05
- d. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação: 05
 - ii. Extinção da execução: 22
 - iii. Improcedente: 67
 - iv. Procedente: 39
 - v. Procedente em parte: 37
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 15
 - vii. Procedente com tutela deferida: 04
 - viii. Procedente em parte com tutela deferida: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- e. Sem resolução de mérito:
 - i. Sem resolução de mérito: 122
 - ii. Desistência da ação: 05
 - iii. Indeferimento da petição inicial: 02
- f. **Vazias: 07**

Obs.: O processo n.º 00046680320144025118, sentença equivocadamente classificada no sistema como **extinção da punibilidade – decadência/perempção, classificação restrita às ações criminais. Mais adequado, s.m.j., seria a classificação como “resolução de mérito: reconhecida prescrição/decadência”.**

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0016198-89.2013.4.02.5101
0139593-67.2013.4.02.5118
0155340-23.2014.4.02.5118
0112207-62.2013.4.02.5118
0002760-76.2012.4.02.5118
0126886-33.2014.4.02.5118



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

As seguintes sentenças, classificadas como tipo A, **s.m.j., deveriam ter sido classificadas como tipo B2, como se vê a seguir (textos em anexo ao final do relatório):**

0163801-81.2014.4.02.5118 – Trata de pedido de extensão da VPE e da GCEF, previstas nos artigos 1º e 1º-A DA Lei 11.134/2005, respectivamente, com base no artigo 65, §2º da Lei 10.486/02.

0147118-66.2014.4.02.5118 – Trata de pedido de extensão da VPE e da GCEF, previstas nos artigos 1º e 1º-A DA Lei 11.134/2005, respectivamente, com base no artigo 65, §2º da Lei 10.486/02. Sob o mesmo fundamento, pleiteia o recebimento da GRV, instituída pela Lei 12.086/09.

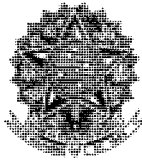
0153452-19.2014.4.02.5118 – Trata de pedido de extensão da VPE e da GCEF, previstas nos artigos 1º e 1º-A DA Lei 11.134/2005, respectivamente, com base no artigo 65, §2º da Lei 10.486/02. Sob o mesmo fundamento, pleiteia o recebimento da GRV, instituída pela Lei 12.086/09.

0072601-56.2015.4.02.5118 – Trata de pedido de pagamento da Gratificação de Condição Especial de Função Militar (GCFM), da Vantagem Pecuniária Especial (VPE) e da Gratificação por Risco de Vida (GRV), concedida a militares do atual Distrito Federal.

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0004733-95.2014.4.02.5118
0183849-61.2014.4.02.5118
0001528-92.2013.4.02.5118
0001267-64.2012.4.02.5118
0152095-04.2014.4.02.5118



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0166632-05.2014.4.02.5118
0160216-21.2014.4.02.5118
0161886-94.2014.4.02.5118
0163804-36.2014.4.02.5118
0147119-51.2014.4.02.5118

As seguintes sentenças terminativas, que extinguiram a execução com fulcro no art. 794, I, do CPC, foram classificadas como tipo B2, **quando, s.m.i., deveriam ter sido classificadas como tipo C, nos termos do Ofício-Circular n.º T2-OCI-2010/0004, de 14/10/2009, item 4, deste Tribunal:**

0000411-32.2014.4.02.5118
0155889-33.2014.4.02.5118
0003097-02.2011.4.02.5118
0001099-28.2013.4.02.5118

Já a decisão proferida no processo n.º 0003681-35.2012.4.02.5118, **s.m.i., possui natureza de decisão interlocutória,** pois extinguiu a execução, pelo pagamento, com fulcro no art. 794, I, do CPC, **apenas em relação a algumas das CDA's, determinando o prosseguimento do feito com relação às demais, equivocadamente classificada como sentença.**

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0182095-84.2014.4.02.5118
0002272-24.2012.4.02.5118
0000578-49.2014.4.02.5118
0002189-08.2012.4.02.5118
0001699-20.2011.4.02.5118
0005502-06.2014.4.02.5118
0005494-29.2014.4.02.5118
0136368-39.2013.4.02.5118



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 07/01/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 15/01/2016.**

→ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)**
(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os processos com prioridade são destacados através de “identificador” específico e, ao contrário dos demais, não são encaminhados ao local virtual “conclusos para sentença” e, sim, diretamente à mesa virtual das servidoras do gabinete, de acordo com a divisão de matérias, previamente estabelecida. No campo “motivo”, é informada a existência da prioridade, a fim de que tais processos sejam sentenciados independentemente da ordem cronológica de conclusão.

Os processos incluídos nas metas são controlados periodicamente através de listagens obtidas através do Portal de Estatística.

[...]

O julgamento dos processos no gabinete obedece, primeiramente, à ordem de conclusão cronológica, controlada através da emissão de relatórios extraídos do sistema Apolo. As minutas são preparadas pelas servidoras do gabinete e encaminhadas aos respectivos juízes para análise. A ordem cronológica não é observada quando são abertas conclusões em processos que gozam de prioridades legais e das seguintes classes: mandado de segurança (individual ou coletivo), ações civis públicas e de improbidade e ação popular.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição:

“Os processos são encaminhados para local virtual denominado “conclusos para sentença” pelos servidores da secretaria com a conclusão aberta para sentença. As servidoras do gabinete, a partir da análise do relatório “conclusos para sentença” puxam os processos para suas respectivas mesas para elaboração das minutas, de acordo com a ordem cronológica, de forma a respeitar o prazo máximo de 180 dias.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

→ EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Trâmite	Total	
Processos	Com Sentença	Informada	42	42
		Não Informada	147	147
		Não-Aplicável	8	8
		Natureza Executória	91	91
	Registro Sentença Antiga	Não Informada	1	1
Total		289	289	

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 08/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/01/2015 a 31/12/2015):
(Art. 217, II, da CNCR)

Posição em	07/01/2016	Período	01/01/2015 a 31/12/2015
------------	------------	---------	-------------------------

Tipo / Situação Atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Enviado ou Transm. c/ Erro	Tempo Médio (dias) Últ. Julg. / Tot. Env.
RPV Juizado Especial	0	0	0	N/A
RPV	26	5	21	197
Precatório em Parcela Única	4	1	3	190
Precatório Parcelado	0	0	0	N/A
Total Geral	30	6	24	196

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 07/01/2016.

➔ **GRANDES DÉBITOS**
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, “a Vara efetua o controle a partir da indicação da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Duque de Caxias, quando classifica como “Grandes Devedores”, em petições iniciais ou intercorrentes.”

Todavia, não foi informado o quantitativo de processos com grandes devedores em tramitação.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)**

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correccionado:

Relatórios sobre ordens judiciais

Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir.

Parâmetros informados		Unidade jurídica	
Tipo de relatório	Efetividade dos bloqueios	Vara/juízo	
Período	janeiro/2015 a dezembro/2015	Tipo de justiça	
Tribunal	TRIB REG FEDERAL 2A. REGIAO	Federal	
Vara/juízo	86389 - 1ª Vara Federal de Duque de Caxias RJ	Seção judiciária	
		Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro	

	Quantidade de réus/executados sem valor bloqueado	Quantidade de réus/executados com valor parcial bloqueado				Quantidade de réus/executados com valor integral bloqueado
		menor ou igual a 100,00 reais	entre 100,01 e 1.000,00 reais	entre 1.000,01 e 10.000,00 reais	maior ou igual a 10.000,01 reais	
janeiro/2015	46 60,32%	9 11,84%	8 10,52%	6 7,89%	3 3,94%	4 5,26%
fevereiro/2015	14 35,9%	6 15,0%	7 17,5%	6 15,0%	4 10,0%	3 7,5%
março/2015	20 69,64%	7 17,2%	8 11,11%	4 5,55%	1 1,38%	2 2,77%
abril/2015	51 57,89%	13 14,77%	11 12,5%	6 6,81%	2 2,27%	5 5,68%
maio/2015	21 69,38%	7 15,25%	1 2,22%	5 11,11%	0 0,0%	1 2,22%
junho/2015	20 66,67%	6 13,33%	1 2,22%	5 11,36%	0 0,0%	0 0,0%
julho/2015	27 22,11%	12 16,5%	9 11,67%	11 15,45%	2 2,61%	0 0,0%
agosto/2015	21 48,83%	6 13,55%	10 23,25%	5 11,62%	0 0,0%	1 2,32%
setembro/2015	18 40,8%	9 20,45%	8 18,18%	7 15,9%	1 2,27%	1 2,27%
outubro/2015	8 57,14%	3 21,42%	2 14,28%	0 0,0%	0 0,0%	1 7,14%
novembro/2015	26 42,1%	8 14,81%	8 14,81%	7 12,96%	1 1,82%	4 7,4%
dezembro/2015	9 64,29%	3 21,42%	0 0,0%	1 7,14%	1 7,14%	0 0,0%
Total	341 56,36%	89 14,71%	75 12,39%	63 10,41%	15 2,47%	22 3,63%

“A penhora on line consiste numa importante ferramenta com vista a colaborar e melhorar o andamento processual executivo.

Todavia, em regra, para a aplicação da penhora on line é verificado nos autos se houve o requerimento do exequente para sua utilização, sendo concedida quando são atendidos todos os requisitos legais necessários.”

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **LEILÕES**
(Arts. 270 A 290 da CNCR)

O questionário pré-correição apresentou os seguintes processos com leilões realizados:

Processos do 1º Leilão Unificado de 2015, realizado nos dias 14/05/2015 e 28/05/2015	
0003122-78.2012.4.02.5118	
0002669-20.2011.4.02.5118	
0000827-97.2014.4.02.5118	
0000313-47.2014.4.02.5118	
0001121-57.2011.4.02.5118	
0001206-72.2013.4.02.5118	
0001899-37.2012.4.02.5168	
0003696-04.2012.4.02.5118	
0001281-48.2012.4.02.5118	
0000810-95.2013.4.02.5118	
0000420-28.2013.4.02.5118	
0003131-74.2011.4.02.5118	
Processos do 2º Leilão Unificado de 2015, realizado nos dias 08/10/2015 e 22/10/2015	
0002021-06.2012.4.02.5118	
0002452-84.2012.4.02.5168	
0000727-79.2013.4.02.5118	
0000520-46.2014.4.02.5118	
0000580-53.2013.4.02.5118	
0001221-07.2014.4.02.5118	
0001821-96.2012.4.02.5118	
0001201-50.2013.4.02.5118	
0001303-43.2011.4.02.5118	
0001449-50.2012.4.02.5118	
0002308-13.2012.4.02.5168	
0002455-92.2012.4.02.5118	
0002531-63.2012.4.02.5168	
0001843-23.2013.4.02.5118	
0000656-14.2012.4.02.5118 e Apenso 00014613020134025118	
0001845-90.2013.4.02.5118	
0001402-42.2013.4.02.5118	
0002162-59.2011.4.02.5118	
0005184-23.2014.4.02.5118	
0001784-69.2012.4.02.5118	

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

O item respectivo do questionário pré-correição não foi respondido pelo juízo correicionado (item 3.4.2.g).

De acordo com o relatório de bens apreendidos do Apolo, constam **apenas 02 bens penhorados** cadastrados, na seguinte situação:

Processo: 0000793-30.2011.4.02.5118

Executado: LAJEPRATICA IND/ COM/ LTDA

Data da Penhora: 11/01/2007 13:25

Tipo do Bem: Terreno

Valor do Bem:

Quantidade: Local: Jardim Laranjeiras

Observação: Fiel Depositário ITAMAR BARBOSA PINHEIRO, CPF 109.309.577-68 (FL.86)

Exequente: FAZENDA NACIONAL

Valor do Débito: R\$ 20.000,00

Vara: 01VF-DC Mandado:MAN.0051.006954-3/2006

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 0,00

Obs.: Trata-se de execução fiscal, suspensa de 16/12/2013 até 16/12/2018, cf. despacho de 09/12/2013, nos termos do art. 40, § 2º, da LEF. **Necessário lançar o valor do bem (fl. 116).**

Processo: 0000796-82.2011.4.02.5118

Executado: TERMENGE ENGENHARIA LTDA OU THB DE BELFORD ROXO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Data da penhora: 12/02/2003
Tipo do Bem: Bem Semovente
Valor do Bem: R\$ 16.900,00
Quantidade:
Local: Av. Brasil, 390, Vila São Luiz - Duque de Caxias
Observação: Fiel depositário Deusiany Figueiredo
Exequente: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
Valor do Débito: R\$ 16.900,00
Vara: 01VF-DC Mandado:
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 16.900,00

Obs.: Trata-se de execução fiscal, suspensa de 25/08/2015 a 02/06/2020, cf. despacho de 06/07/2015, na forma do art. 40 da LEF.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 07/01/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 15/01/2016.

➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Total de acautelamentos/apreensões: 04

Não foram analisados os processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida, como se vê a seguir:

- 1) 00000467520144025118 Seq.: 1 Data: 24/04/2014
01(um) DVD-R, marca EMTEC, encaminhado pelo Ministério Público Federal em 09/04/2014.
Acautelamento: 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Localização: Cofre da 02ª Vara Federal de Duque de Caxias - Rua Aílton da Costa, 115, CEP 25.071-

- 2) 00014572720124025118 Seq.: 1 Data: 06/03/2013
CARTA DE FIANÇA
Acautelamento: 1 Fls Processo: 244 Livro: 0 Fls Livro:00
Localização: Doc. Acautelados no cofre da Vara –

- 3) 00015424720114025118 Seq.: 1 Data: 29/07/2011
CARTA DE FIANÇA Nº 2.053.061-8 de 08/07/2011, 1º termo de aditamento de 22/07/2011 e 2º termo de Aditamento de 14/09/2011
Acautelamento: 01 Fls Processo: 0 Livro: 00 Fls Livro: 00
Localização: ACAUTELADOS EM LOCAL PRÓPRIO NA VARA

- 4) 00023506220124025168 Seq.: 1 Data: 18/04/2013
Carta de Fiança n.º 100413040189000
Acautelamento: Fls Processo: 136 Livro: Fls Livro:
Localização: Cofre da 01ª VF-DC -

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, extraído em 07/01/2016.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, nos mesmos termos do último relatório de inspeção anual:

“O livro físico de sugestões/reclamações/elogios foi objeto de inspeção, cabendo ressaltar que não houve qualquer reclamação de partes ou advogados no período compreendido entre a abertura do livro e a presente data.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

A Vara tem acervo 100% eletrônico, razão pela qual não há outros livros obrigatórios.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5 e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/10422), item 6.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição, com idêntica redação ao último relatório de inspeção anual:

“As instalações físicas são adequadas ao bom funcionamento da vara.

O mobiliário está em bom estado de conservação e os equipamentos de informática atendem às necessidades operacionais da vara.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 04 e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/10422), item 16.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“Como objetivo imediato reduzir os prazos de conclusão em aberto e atender as metas institucionais.

O juízo, contando agora com dois juízes em atuação, pretende, a médio e longo prazo, promover mudanças nos procedimentos internos da Vara, a fim de alcançar eficiência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

no trâmite processual, com observância da razoável duração dos processos.”

Fonte: Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/10422), item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Marcia Fernandes Borges, Mat. n.º 15.548